

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE E *(Empresa selecionada como decorrência do resultado do concurso)*, NA FORMA ABAIXO:

No presente instrumento particular de Contrato, são partes: de um lado, a **EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE**, empresa pública municipal com personalidade jurídica de direito privado, com sede nesta cidade do Recife, à Avenida Oliveira Lima, nº 867, no bairro da Boa Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.945.742/0001-64, neste ato representada, na forma estatutária, conjuntamente, por sua Diretora Presidente, **DÉBORA VIEIRA CHAVES MENDES**, brasileira, casada, engenheira civil, inscrita no CPF/MF sob o nº 528.974.864-49, por seu Diretor Administrativo e Financeiro, **ROMILDO BEZERRA PORTO**, brasileiro, casado, analista de sistemas, inscrito no CPF/MF sob o nº 227.200.064-91, e por sua Diretora de Projetos, **FLAVIANA GOMES DA SILVA**, brasileira, casada, engenheira civil, inscrita no CPF/MF sob o nº 029.850.084-17, todas domiciliadas e residentes nesta cidade do Recife, doravante designada **CONTRATANTE**; e, do outro lado, a *(pessoa jurídica decorrente da seleção do concurso)*, com sede à *(endereço completo)*, inscrita no CNPJ/MF sob o nº (), neste ato representada por seu *(dados do representante legal - nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº)*, *(domiciliado e residente em)*, doravante designada **CONTRATADA**; e as partes contratantes, acima nomeadas e qualificadas, resolvem firmar presente Contrato, autorizado pelo processo de seleção decorrente do Concurso Nacional de Ideias do Parque Público Municipal da Tamarineira, promovido pela Prefeitura do Recife e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Pernambuco – IAB/PE, devidamente homologado pela Prefeitura do Recife em //2011, regendo-se pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente Contrato a prestação pela **CONTRATADA**, da elaboração dos **Anteprojetos, Projetos Básicos e Executivos de Urbanismo, Paisagismo, Arquitetura, Engenharia e Complementares do Parque**

Público Municipal da Tamarineira, conforme especificações contidas no Termo de Referência que deste instrumento fazem parte integrante e complementar.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor do presente Contrato é de **R\$ 2.000.000,00** (Dois milhões de reais), preço este fixado no Termo de Referência que compõe as Bases do Concurso Nacional de Ideias do Parque Público Municipal da Tamarineira em que a **CONTRATADA** apresentou a proposta selecionada, concordando em executar os serviços pelo mencionado valor.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento dos serviços será efetuado, pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, em 04 (quatro) parcelas, no ato da contra-apresentação dos trabalhos devidamente aprovados pela Diretoria de Projetos – DP da **CONTRATANTE**, obedecendo ao seguinte cronograma de desembolso:

- 7% (sete por cento) do valor contratual no ato da conclusão, aprovação e entrega do 1º Produto (Estudos Preliminares);
- 10% (dez por cento) do valor contratual da conclusão, aprovação e entrega do 2º Produto (Anteprojeto de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura);
- 33% (trinta e três por cento) do valor contratual no ato da da conclusão, aprovação e entrega do 2º Produto (Projetos Básicos Licitáveis, aprovados nos órgãos competentes);
- 50% (cinquenta por cento) do valor contratual no ato da conclusão, aprovação e entrega do 4º Produto (Projetos Executivos).

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na ocasião do pagamento, a **CONTRATADA** se obriga a apresentar o original e entregar cópia dos seguintes documentos:

- a) Guia da Previdência Social - GPS, correspondente às obrigações sociais referentes ao pessoal empregado na execução deste Contrato, relativa ao mês de competência anterior ao pagamento, devidamente quitada;
- b) Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento dos serviços só será autorizado mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA e do Seguro de Responsabilidade Civil – RCC.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA QUARTA – Na hipótese de reajuste do preço contratual o mesmo será calculado utilizando-se os índices de variação de preços de Serviços de Consultoria, apurados pela Fundação Getúlio Vargas e divulgados pela Revista Conjuntura Econômica, sendo o índice inicial (I^o), o correspondente à data da proposta e o índice atual (I^1) aquele alusivo à data em que está sendo procedido o reajustamento.

$$R = P_o \{ (I^1 / I^o) - 1 \}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

P_o = Valor do preço básico a ser reajustado

I¹ = Índice Nacional de Custo da Construção Civil – Projetos – Coluna 78, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de reajuste.

I^o = Índice Nacional de Custo da Construção Civil – Projetos – Coluna 78, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste de preço deverá ser apresentado em fatura / nota fiscal complementar. Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês em que os serviços foram executados, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não obstante a previsão de reajuste de preços nos termos desta cláusula o mesmo não será procedido caso o Governo Federal edite medida econômica impeditiva e/ou caso exista impedimento legal.

DA GARANTIA

CLÁUSULA QUINTA – A garantia de execução do Contrato será efetuada mediante uma das formas estabelecidas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Executado o objeto, a **CONTRATADA** poderá requerer a devolução da garantia prestada, a qual será devolvida por parte da **CONTRATANTE**,

desde que comprovado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, o que será feito mediante atesto da Diretoria de Projetos - DP da **CONTRATANTE**, em até 60 (sessenta) dias contados do requerimento.

DO PRAZO

CLÁUSULA SÉTIMA – O prazo de vigência do presente Contrato é de 210 (duzentos e dez dias) e de execução dos serviços é de 180 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviços expedida pela **CONTRATANTE**, incluindo a análise e aprovação dos relatórios pela **CONTRATANTE**, devendo ser obedecido o cronograma abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO (dias corridos)	PERCENTUAL DO VALOR GLOBAL
Na entrega e aprovação do 1º Produto - Estudos Preliminares	Até 20 dias após a Ordem de Serviço	7 %
Na entrega e aprovação do 2º Produto -Anteprojetos de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura	Até 30 dias após a entrega do 1º Produto	10 %
Na entrega e aprovação do 3º Produto -Projetos Básicos Licitáveis	Até 40 dias após a entrega do 2º Produto	33 %
Na entrega e aprovação do 4º Produto -Projetos Executivos e Complementares	Até 90 dias após a entrega do 3º Produto	50 %

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após a análise dos projetos executivos, será concedido, caso necessário, a critério da **CONTRATANTE**, um prazo adicional de 15 (quinze) dias para ajustes e / ou correções dos serviços técnicos apresentados pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA**, em nenhuma hipótese, poderá dar início à execução deste Contrato antes do recebimento de dita Ordem de Serviço.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA OITAVA – Executado este instrumento pela **CONTRATADA**, seu objeto será recebido pela **CONTRATANTE**:

I - em caráter provisório, pelo responsável, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias consecutivos após a comunicação escrita da **CONTRATADA**; e;

II - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este não superior a 90 (noventa) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA NONA – As despesas decorrentes desta contratação são oriundas da Prefeitura do Recife – PR e correrão à conta da classificação orçamentária nº 64.01.15.451.1.310.2.5666.

DAS PRERROGATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA – O regime jurídico deste Contrato confere à **CONTRATANTE** as prerrogativas relacionadas no art. 58 da Lei nº 8666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Constitui obrigação da **CONTRATANTE**, além das constantes dos arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, a comunicação, através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos, referentes à liquidação da despesa deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – É da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a observância e o cumprimento das normas legais, bem como a obrigação de manter, durante todo o período de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATANTE**, através do setor competente, poderá supervisionar o cumprimento de tais normas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constatada qualquer irregularidade, a **CONTRATADA** terá o prazo de 08 (oito) dias para saná-la, sob pena de, não o fazendo, serem retidos os pagamentos até sua efetiva regularização.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade por eventuais danos causados à **CONTRATANTE**, ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando a **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa diária de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato, pelo não cumprimento do prazo de execução de seu objeto, devendo o valor da multa ser recolhido à Tesouraria da **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra exigência prevista em lei.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 8.666/93, notadamente nos arts. 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A **CONTRATANTE** poderá considerar extinto e rescindido este Contrato, com as consequências aqui lançadas e as previstas em lei, nas hipóteses de a **CONTRATADA**:

a) ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, os direitos e obrigações contratuais;

b) não concluir os serviços dentro do prazo fixado;

c) não cumprir qualquer obrigação prevista no presente Contrato e Termo de Referência do Concurso Nacional de Ideias do Parque Público Municipal da Tamarineira;

d) for declarada falida, insolvente ou dissolvida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de rescisão contratual, na forma prevista nesta e na Cláusula anterior, terá a **CONTRATADA** direito exclusivamente ao pagamento dos serviços corretamente executados, deduzidas, porém, quaisquer importâncias de que seja eventualmente devedora.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese de vir a ser rescindido o presente Contrato por inadimplemento contratual da **CONTRATADA**, em consequência de qualquer das hipóteses elencadas nas letras “a” até “d” desta Cláusula, a **CONTRATADA** pagará à **CONTRATANTE**, a título de cláusula penal, uma multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, independentemente das penalidades previstas em lei e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O presente Contrato poderá ser rescindido por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, determinadas e justificadas pela **CONTRATANTE**.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Os serviços objeto deste Contrato serão regidos de acordo com as especificações técnicas contidas nas NBR’S da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e demais exigências fixadas no Termo de Referência, de modo a garantir o padrão de qualidade exigido pela **CONTRATANTE**, observadas as exigências contidas nos referidos Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso da execução não estar de acordo com as especificações das NBR’s da ABNT, especificações técnicas e demais exigências fixadas no Termo de Referência, a **CONTRATADA** ficará responsável, mesmo após o recebimento definitivo do objeto contratual, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo, por quaisquer dos resultados

emitidos, ainda que resultantes dos materiais e equipamentos empregados para obtenção dos resultados, sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, às reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se a **CONTRATADA** não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela **CONTRATANTE**, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco da **CONTRATADA** por outras empresas, cobrando da **CONTRATADA** os respectivos custos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de ocorrerem problemas técnicos quando da execução da obra resultantes de má qualidade do projeto, cálculos, desenhos, memoriais descritivos, levantamento de materiais, estudos, análises e diagnósticos, ficará a **CONTRATADA** responsável por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE** /ou terceiros, devido a sua ação ou omissão, decorrentes do Projeto, sem que a fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** exclua ou atenua essa responsabilidade.

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Faz parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, Os seguintes documentos:

- a) Termo de Referência do Concurso Nacional de Ideias do Parque Público Municipal da Tamarineira;
- b) Ata de Divulgação do Resultado do Concurso Nacional de Ideias do Parque Público Municipal da Tamarineira;
- c) Termo de Homologação do Resultado do Concurso Nacional de Ideias do Parque Público Municipal da Tamarineira.

DAS DEMAIS ESTIPULAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA – É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a entrega da ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) relativa a cada projeto desenvolvido, efetivada junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, devidamente assinada e paga.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Todos os projetos que porventura necessitarem de aprovação em órgãos governamentais deverão ser entregues devidamente aprovados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Na hipótese em que o autor não for responsável pela apresentação formal do projeto nos diversos órgãos, será sua a responsabilidade por eventuais modificações nos projetos, exigidas por esse órgão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Será exigido documento comprobatório de visita ao local de interesse deste Termo de Referência expressando conhecimento de causa, quando da apresentação da proposta de intenções e preço para assinatura deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os projetos deverão conter, de forma clara e precisa, de acordo com a natureza e complexidade do serviço, as indicações necessárias à perfeita interpretação dos elementos para aprovação junto aos órgãos competentes, fixação de prazos, composição de custos e execução das obras e serviços destes decorrentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Todos os projetos devem ser elaborados por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável do autor a sua assinatura em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Os projetos de instalações complementares deverão ser devidamente compatibilizados com os sistemas e redes de serviços públicos e de acordo com as normas e padrões definidos pelos órgãos responsáveis por estes serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Os projetos que porventura necessitarem de aprovação em órgãos governamentais deverão ser entregues devidamente aprovados pelos órgãos competentes.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA– Para todas as ações que possam advir do presente Contrato, fica eleito o foro desta comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento **em 04 (quatro) vias**, de igual teor e para um único efeito de direito, na presença de **02 (duas)** testemunhas, que também o subscrevem.

Recife, de de 2011.

DÉBORA VIEIRA CHAVES MENDES
Diretora Presidente da **URB RECIFE**

ROMILDO BEZERRA PORTO
Diretor Administrativo e Financeiro da **URB RECIFE**

FLAVIANA GOMES DA SILVA
Diretora de Projetos da **URB RECIFE**

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____